

04 OUT 1991

Brasília e as eleições ^{DF}

JORNAL DE BRASÍLIA

Sem festas, Brasília registrou ontem a passagem do primeiro ano da eleição direta de seu primeiro governador e dos integrantes da Câmara Legislativa. Projeto no sentido de estabelecer o "Dia da Autonomia Política do Distrito Federal" não foi aprovado pelos deputados distritais, o que demonstra que mesmo a classe política tem dúvidas quanto à existência de motivos para comemoração.

Passados doze meses da eleição que fez de Joaquim Roriz o primeiro governador eleito de Brasília, a população — como os deputados — se divide quando se trata de avaliar a importância do estabelecimento da autonomia eleitoral. Há quem ache que a cidade saiu ganhando, mas há até quem pense — como se viu em sugestões enviadas à Comissão que elabora a Lei Orgânica — que a Câmara Legislativa deve ser desativada logo após a promulgação da lei.

A representação política, em Brasília, foi obtida após uma luta que se arrastou por 30 anos. Os brasilienses, agora, bem ou mal, têm seus interesses debatidos numa Câmara constituída pelo voto popular. À frente do Executivo está um administrador igualmente indicado pelo voto majoritário da população. Os candangos, portanto, não podem mais atribuir os problemas da cidade a dirigentes impostos pelo governo central. A maioria política da cidade surge aí: os brasilienses, hoje, pelo seu voto, são co-responsáveis no destino do Distrito Federal.

Há um ano, a primeira eleição fazia importantes revelações sobre o brasilien-

se. Seu voto, descobriu-se, é maciçamente corporativo. Líderes sindicais, líderes comunitários e ex-administradores de cidades-satélites tomaram quase todos os vinte e quatro assentos da nova Câmara.

Caixa de ressonância da vida da cidade, neste tempo a Câmara Legislativa empenhou-se no debate das questões que afligem os brasilienses. Erros eventuais podem ter resultado do afã em resolver, em curto prazo, problemas que demandam tempo. Este é o inevitável preço a ser pago pelo noviciado. A sabedoria política só vem com a prática. Só é adquirida com a paciência que, em muitos casos, foi posta de lado pelos novéis legisladores.

Se, porém, acha que cometeu um erro ao eleger seu representante, o brasiliense terá uma chance de remediar a situação no próximo pleito.

Fala-se hoje, irrefletidamente, em ampliar a representatividade política da cidade, estabelecendo eleições para os administradores regionais. E pior: há até mesmo quem pleiteie a constituição de câmaras de vereadores nas cidades-satélites. Esta febre eleitoreira, em parte, pode ser atribuída ao longo jejum político de trinta anos. E também ao desconhecimento da estrutura central do Distrito Federal. Administradores regionais são apenas ocupantes de cargos de confiança, como são, por exemplo, os administradores dos bairros de São Paulo.

O certo é que, neste ano, o brasiliense amadureceu politicamente.